

A segunda entrevista trazida pela Revista Fim do Mundo aos seus leitores é com o economista Doutor Eduardo Sá Barreto. Ele é doutor em Economia, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Sua pesquisa concentra-se nos temas de crise ambiental e crise estrutural do capitalismo e tem publicado diversos artigos nessas áreas. Diante da deterioração acelerada das condições materiais de suporte à vida no planeta, interessa-se, particularmente, em demonstrar que a superação da sociedade do capital é não apenas desejável e necessária, mas também urgente.

Eduardo também é autor do livro *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas* (2018), onde apresenta uma radiografia da lógica geral que preside à acumulação mundial capitalista, responsável, em seu entender, pelo agravamento da questão climática; percorre também os meandros dos argumentos mais frequentes do establishment econômico para lidar com o problema: o reiterado apelo à eficiência energética, à mitigação das emissões de CO₂, à consciência ambiental etc. Busca, sobretudo não dissociar a questão climática das necessidades expansivas do capital, condição para se apresentar um projeto de transformação que ultrapasse o mero voluntarismo político hoje predominante.

Nesta entrevista concedida por e-mail à doutoranda em Economia pela UFF e pesquisadora do IBEC Layza Rocha Soares, Eduardo abordou questões como crise ambiental, a inviabilidade ecológica do capitalismo, a *Revista Fim do Mundo*, nº 2, mai/ago 2020



relação entre teoria marxista e os desafios ambientais, aquecimento global e muito mais.

Qual ou quais motivações ou questões ambientais que o levaram a investigar os desafios ambientais enfrentados pela humanidade?

Para ser franco, não consigo recompor esse percurso a não ser de forma sucinta e retilínea. Mas fica o alerta de que há muita casualidade e descontinuidades omitidas aqui. Sempre tive um interesse difuso pelas questões ambientais e, no início do Mestrado, pensava simplesmente em explorar as fragilidades e os limites das teorias econômicas sobre o assunto. Naturalmente, isso me levou a mapear a literatura no campo da Economia Ambiental e da Economia Ecológica. Com o tempo, percebi que os problemas teóricos não eram fruto de equívocos ou insuficiências meramente intelectuais. Eram expressão de contradições insanáveis da própria sociedade capitalista e da sua vocação para

a dilapidação da natureza. A partir disso, meu esforço de pesquisa se voltou para a demonstração teórica dessa intuição inicial. E em meio à ampla diversidade de questões ambientais, me pareceu mais premente tratar daquela que é a mais totalizante de todas, as mudanças climáticas.

Como você definiria crise ambiental? E qual a urgência de a sociedade reconhecer e se mobilizar para reduzir os problemas dessa crise, especialmente, o aquecimento global?

Boa pergunta, porque “crise ambiental” não é um termo que vejo sendo definido com rigor na literatura. Proponho fazer um exercício distinto, ao invés de buscar uma definição *a priori*. Procuremos encontrar a *categoria* crise ambiental a partir das determinações da própria existência natural e social. A primeira coisa a perceber é que qualquer forma de sociedade



pressupõe um mundo natural. É no campo de possibilidades determinado por esse mundo natural que as sociedades encontram o espaço e os limites (alguns relativos, alguns absolutos) para o seu desenvolvimento. Muito bem, o desenvolvimento da civilização tal como a conhecemos hoje é tornado possível por uma época geológica de relativa estabilidade climática, o Holoceno. Tudo aquilo que caracteriza esse intervalo de tempo de pouco menos de doze mil anos – os níveis e as zonas de temperatura, os ventos, os regimes hídricos e de chuvas, o nível dos oceanos, as correntes marítimas, a criosfera etc. – pavimentou as condições materiais (bio-geo-químicas) dos processos históricos que nos trouxeram até aqui. Mas, especialmente nos últimos 250-270 anos, desencadeamos perturbações nessa relativa estabilidade, i.e. nos diversos equilíbrios ecológicos que dão suporte às sociedades. Desencadeamos mudanças

ambientais, ecológicas e climáticas. Mudanças que ocorrem em ritmos que dificultam crescentemente o restabelecimento daqueles equilíbrios. E, por isso, produzem de maneira cada vez mais frequente e intensa estressores para a reprodução da vida (em geral) e das sociedades (em particular) tal como elas evoluíram *até aqui*. A isso chamo de crise. A crise, por si só, já deveria ser suficiente para inspirar urgência. As evidências, contudo, indicam que vivemos uma situação ainda mais grave. Na história de nossa espécie, a atmosfera nunca teve tamanha concentração de gases de efeito estufa, a temperatura média do planeta nunca esteve tão elevada, os oceanos nunca estiveram tão quentes, ácidos e desertificados, a taxa de extinção de espécies atual é pelo menos mil vezes superior à taxa natural. A calota polar ártica está colapsando, os mantos de gelo da Groelândia e da Antártida estão fortemente ameaçados, glaciares no mundo todo estão colapsando.



Enfim, por onde quer que se olhe, observamos processos de colapso que – muito mais do que simplesmente gerar dificuldades à reprodução normal da civilização – colocam a própria sobrevivência da espécie humana em xeque. Ou seja, não apenas há urgência, mas uma urgência tremendamente aguda. As transformações que disparamos provavelmente não podem mais ser interrompidas. A mobilização dos nossos esforços deve se concentrar em, por um lado, superar definitivamente a lógica destrutiva do capital e, por outro, encontrar formas de vida e organização que nos habilitem viver nesse mundo em rápida transformação.

Em sua opinião, as consequências do aquecimento global nos próximos anos podem estimular uma nova organização mundial mais efetiva na direção de uma sociedade mais sustentável?

A única coisa que me parece efetivamente garantida é que a atual organização mundial está com seus dias contados. Mas os contornos de uma nova

organização estão ainda em aberto e precisam ser disputados. O cenário de colapso que mapeei em linhas muito gerais acima indica que estamos transitando para um planeta mais hostil, em que vastas regiões provavelmente se tornarão inabitáveis, em que a produção de alimentos em grande escala será virtualmente inviável, em que movimentos migratórios sem precedentes serão inevitáveis, em que muitos dos principais centros urbanos do mundo precisarão ser evacuados. Quanto mais mal preparados estivermos para enfrentar esses desafios, maior a probabilidade de que os conflitos daí oriundos se “resolvam” por meio de guerras e tragédias humanas ainda maiores. A contrapartida desse cenário é que se torna cada vez mais abrangente o clamor por modos de vida sustentáveis. Por ora, ainda é muito difundida a ideia de que esses modos de vida podem ser efetivos ecologicamente pela via da iniciativa individual e circunscrita aos parâmetros reprodutivos da



sociedade capitalista. Essa sociedade, no entanto, é estruturalmente incapaz de ser qualquer outra coisa que não destrutiva (e a maior parte do meu esforço de pesquisa se dedica justamente a demonstrar essa inviabilidade ecológica do capitalismo). Nesse sentido, a tarefa mais imediata daqueles que pretendem disputar um futuro sustentável é abandonar a luta por um outro capitalismo e aderir à luta por um outro mundo possível.

Qual é o panorama do desenvolvimento de investigações sobre desafios ambientais na teoria marxista? Em sua opinião, quais são as correntes e teóricos marxistas contemporâneos que poderiam contribuir com o debate político nessa temática?

A resposta para essa pergunta não pode se pretender exaustiva, porque a literatura sobre tal temática no campo marxista encontra-se em ampla expansão.¹ Indico aqui, portanto,

¹ Ian Angus tem uma lista de indicações bastante mais específica e completa:

Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020

aqueles autores e publicações que são referências mais imediatas para mim. Em primeiro lugar, e guardadas as devidas proporções, a sensibilidade para os desafios ambientais esteve presente desde a origem do marxismo. Por exemplo, Marx chegou a tratar com algum detalhe as formas pelas quais a agricultura capitalista tente a destruir a fertilidade do solo. A poluição urbana também foi tema de análise de Engels. Entre os nossos contemporâneos, um dos ecomarxistas mais conhecidos no mundo hoje, John Bellamy Foster, em seu *A ecologia de Marx*, praticamente inaugura uma tradição de inventariar a obra marxiana em busca de todas as passagens e raciocínios ecologicamente relevantes (uma espécie de marxologia ecológica). Kohei Sato é um representante recente e bastante prestigiado dessa tradição. Num registro ligeiramente diferente e

<https://climateandcapitalism.com/2019/07/27/20-essential-books-on-marxist-ecology/>



complementar ao anterior, Paul Burkett, em seu *Marx and Nature*, procura mobilizar a teoria do valor marxiana para iluminar todas as contribuições que podem ali ser encontradas para a crítica ecológica do capitalismo. No Brasil, é impossível não mencionar Michael Löwy, com uma obra já vasta sobre ecossocialismo. Em uma linha relativamente próxima, Sabrina Fernandes tem um importante trabalho de divulgação das ideias ecossocialistas e, ao que tudo indica, prepara um livro sobre o tema. Por fim, Luiz Marques, com seu *Capitalismo e colapso ambiental*, é também uma referência crítica incontornável. Falar de todas as publicações marxistas sobre o tema também seria um trabalho hercúleo impossível de ser completado. Por isso, indico aqui duas gigantes que têm destaque mundial. A *Monthly Review*, editada por Bellamy Foster há muitos anos, é publicada mensalmente e sempre traz artigos com discussões ambientais. Autores como István

Mészáros, Richard York, Brett Clark, entre muitos outros, já circularam reflexões ecológicas em suas páginas. A revista também mantém o blog *Climate & capitalism*. Além disso, temos o periódico *Capitalism, nature, socialism*, fundado por James O'Connor, uma das figuras seminais do ecomarxismo. Enfim, com essa panorâmica, já é possível afirmar que a literatura marxista sobre os desafios ambientais é ampla e relativamente variada. Isso não nos deve surpreender. Estranho seria se uma tradição de crítica ao capitalismo, como a marxista, não gerasse uma profusão de reflexões ecológicas precisamente no momento em que a dinâmica destrutiva dessa sociedade se encontra em seu estágio mais agudo.

Porque os setores fundamentais, mais influentes, da esquerda não incorporaram a problemática ambiental na sua plataforma de luta? Você acredita que a degradação ambiental ainda é tratada como algo dissociado da questão social?

Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020



Começando pela segunda pergunta, creio que sim, as questões são tratadas como dissociadas. Escrevi recentemente um pequeno texto sobre isso, denominando esse tipo de posicionamento de *negacionismo progressista*. A ideia aqui, muito resumidamente, é que uma parcela da esquerda ainda é refém de uma fé no desenvolvimento econômico como algo que necessariamente traz progresso. Não são poucos na esquerda que até hoje sofrem dessa espécie de saudosismo da “Era de Ouro” do capitalismo, supondo que o tal desenvolvimento deve antes solucionar todos os nossos problemas sociais para que, só então, possamos enfrentar nossos desafios ecológicos/climáticos. Ou seja, por mais que seja verdade que um grande contingente da esquerda adere ao entendimento de que o capitalismo é insustentável, ainda são muito poucos os que aderem ao diagnóstico de que vivemos um momento de crise que exige da

nossa atuação um caráter de urgência. Acho que isso explica, ao menos em parte, porque nossa plataforma de luta atual ainda está muito aquém dos desafios ambientais. Mesmo se nós admitíssemos a noção (no mínimo) controversa de que o desenvolvimento econômico é uma meta desejável e realizável universalmente nos marcos econômicos e geopolíticos do capitalismo, o que a produção científica mais recente nos informa é que não há mais tempo. A alternativa não é mais entre riqueza ou pobreza, afluência ou penúria, conforto ou miséria. Nesse momento, a alternativa real que nos defronta é entre a sobrevivência da espécie ou sua virtual eliminação da face da Terra. É entre revolução ou extinção.

A crise atual do sistema capitalista somada à crise sanitária do COVID-19 pode reduzir a importância das mudanças climáticas mesmo depois do reconhecimento e de vários ‘esforços’ e



acordos internacionais para resolver essa questão?

Enquanto estivermos atravessando a pandemia e as crises sanitária e econômica que ela precipita, acredito que o mais provável é que o debate público sobre mudanças climáticas seja, de fato, relegado a segundo plano. Isso, no entanto, não significa nem que os esforços foram paralisados, nem que o próprio curso da crise climática de alguma forma se interrompeu ou desacelerou. Sobre os esforços, deixo para elaborar um pouco mais na pergunta seguinte. Sobre a crise climática, quatro pontos podem ser levantados. Em primeiro lugar, todo o nosso histórico de emissões de gases de efeito estufa até aqui não apenas provocou transformações climáticas, mas continuará ainda provocando por décadas e até séculos. Em outros termos, mesmo que, hipoteticamente, nossas emissões sejam zeradas do dia para a noite, um longo desencadear de impactos ainda está por vir. A crise em curso não

se interrompe quando nosso impacto recua. Na verdade, em segundo lugar, a crise pode até mesmo se acelerar. A contração aguda da queima de combustíveis fósseis reduz as emissões de gases de efeito estufa – que impulsionam o aquecimento –, mas reduz também as emissões de aerossóis, que têm efeito resfriador. Como os aerossóis permanecem suspensos na atmosfera por muito menos tempo que os gases de efeito estufa, é possível que haja uma aceleração do aquecimento no curto prazo. Anomalias de temperatura de quase 20°C sobre o Oceano Ártico e amplas regiões da Ásia, por exemplo, indicam que isso pode, de fato, já estar acontecendo. Ou seja, e esse é o terceiro ponto, a comemorada “regeneração” da natureza não passa de uma recuperação muito superficial de alguns aspectos da vida urbana (ar, rios, canais, baías etc.). Tal recuperação traz, obviamente, benefícios muito imediatos para a qualidade de vida onde ocorrem, mas não têm



impacto relevante de um ponto de vista mais amplo. Por fim, outro efeito que tem sido comemorado é a previsão de contração de 8% nas emissões de 2020. Ao custo de uma tragédia sanitária, social e econômica global, essa contração é um resultado expressivo, sem precedentes em nossa história de esforços de mitigação. Mas seria apenas o primeiro passo de uma longa trajetória que, a considerar as metas propostas pelo IPCC, deveria obter esse mesmo resultado todos os anos até 2050. E, conseguindo isso, ainda assim restaria um volume de emissões a ser capturado e armazenado anualmente. Em suma, e retornando à pergunta, é um equívoco gravíssimo que a questão climática saia do primeiro plano das nossas preocupações.

Em sua opinião, porque os “esforços” internacionais não foram suficientes para desacelerar as emissões de gases do efeito estufa (Como Protocolo de Quioto, Acordo de Paris)? Qual a relação desse fracasso com as interpretações das principais
Revista Fim do Mundo, nº 2, mai/ago 2020

correntes de pensamento dentro da Economia que abordam a questão ambiental e influenciam a implementação de políticas?

A primeira coisa a apontar é que discordo que “esforços” esteja entre aspas na pergunta. Em meu livro, *O capital na estufa*, tenho um capítulo inteiro dedicado a inventariar a implementação de políticas climáticas. E o resultado é, creio eu, inequívoco: as últimas três décadas foram marcadas por uma pletora de políticas climáticas, especialmente as políticas de estímulo à eficiência energética. Isso convive, é verdade, com uma visível falta de vontade política para fazer mais, e mais intensamente. Mas explicar nosso histórico de fracassos apenas em termos de falta de vontade política e fraca pressão popular é, a rigor, abrir mão de uma explicação. É preciso investigar os determinantes objetivos desse, digamos, déficit de vontade. Nem a Economia Ambiental, nem a Economia Ecológica se propõem essa pergunta. A verdade é que,



se nos limitamos aos espaços do Estado, o limite absoluto da vontade política sempre estará nos parâmetros reprodutivos da sociedade capitalista. Ou seja, o que não coloca em xeque a reprodução dessa sociedade está em disputa. E tudo aquilo que ameaça essa reprodução é inegociável. Ou seja, lucro, propriedade, crescimento da produção e do consumo são inegociáveis. Daí ser possível fazer muito – conceber e implementar muitas políticas – e ainda assim esse muito ser cronicamente insuficiente, posto que sequer tangencia as raízes do problema. Um aspecto flagrante disso pode ser ilustrado de maneira muito simples. Toda a política ambiental (climática inclusive) até hoje tem sido caracterizada por um esforço de contenção de impactos. Estimulam-se ganhos de eficiência material e energética para que se consuma menos (tanto produtiva quanto improdutivamente) e, assim, sejam gerados menos resíduos poluentes e emissões de gases de efeito estufa. Aplicam-se

limites às emissões e erguem-se estruturas de comercialização dos saldos (os mercados de carbono) para que se consuma menos combustíveis fósseis e, assim, seja emitido menos CO₂. Elaboram-se regulações que limitam diretamente o nível de certas atividades e, assim, o volume da demanda por recursos e dos resíduos que geram seria diminuído. Em todas essas modalidades de política encontramos a finalidade de moderar nosso impacto material no planeta. Todas elas perdem de vista que o que está sendo poupado (recursos materiais ou energéticos) não é apenas coisa física. É também capital. Esse capital poupado, por força de sua própria natureza expansiva, não pode se acomodar na imobilidade. Se alguma lei, estrutura de mercado, pressão popular ou incentivo econômico impede que esse capital poupado atue na sua atividade de origem, deve ele encontrar outra atividade para realizar sua lógica de crescimento. E quando o faz,



estabelece necessariamente contato com a materialidade. Ou seja, na raiz não atacada do problema, reside um mecanismo que neutraliza qualquer avanço que possamos obter pela via da política institucional. Só assim se entende, ao mesmo tempo, como a imensa quantidade de políticas climáticas das últimas décadas foi incapaz de conter o crescimento das emissões globais e como a “vontade política” e a “pressão popular” não foram capazes de se lançar às tarefas realmente necessárias e transformadoras. A Economia Ecológica e a Economia Ambiental, por compartilharem essa ausência de horizonte pós-capitalista, padecem das mesmas limitações de origem.

Existe uma dissociação entre a produção teórica e a práxis das questões ambientais?

Acredito que, na maior parte do tempo, não se verifica essa dissociação. A prática recuada é quase sempre reflexo de uma teoria recuada. Meu comentário acima vai um pouco

nesse sentido. Por outro lado, tem me espantado, recentemente, uma certa adesão de marxistas à agenda do *Green New Deal*. Isso é tema do texto que publico nessa edição, então, para mais detalhes, remeto o(a) leitor(a) a esse material. Posso repetir aqui, muito telegraficamente, o seguinte. A crítica ecomarxista do capitalismo é capaz de demonstrar que essa sociedade é necessariamente insustentável. Além disso, vivemos em meio a uma crise climática a há um risco bastante real de colapso. Superar o capitalismo é, portanto, o pressuposto de qualquer pretensão de preservação de nossa espécie. Se a teoria nos fornece esse resultado, a única prática não dissonante é aquela que se pretende verdadeiramente insurrecional. Se não existe hoje a possibilidade de tal prática, nossa tarefa mais imediata é constituir as condições para tal. Por isso, repito aqui, é desconcertante que haja marxistas aderindo à agenda do *Green New Deal*. Primeiro, porque já no nome busca-se



analogia a um conjunto de políticas dos anos 30 abertamente anticomunistas. Segundo, porque espera-se efetivar os itens dessa agenda bastante ambiciosa apostando, adivinhe, na capacidade da *pressão popular* alterar a *vontade política*.

A sociedade atual possui instrumentos/tecnologias suficientes para frear o aquecimento global ocasionado pelas atividades antrópicas? Ou caminhamos para um colapso ambiental?

Minha posição atual é que o melhor entendimento científico disponível e o conjunto de evidências a respeito de processos já em curso não nos permitem supor que seja possível frear o aquecimento global. E, claro, com esse aquecimento, prevê-se que seremos testemunhas do colapso de uma série de ecossistemas e de sucessivos impactos que desafiarão nossa capacidade de viver em sociedade. Em outros termos, caminhamos para o colapso ambiental. Mas suponhamos que a pergunta se

referisse a tecnologias e instrumentos para nos *adaptarmos* a esse mundo em rápida transformação. Nesse caso, a resposta da primeira pergunta seria não e sim. Podemos responder negativamente porque as tecnologias para capturar e armazenar carbono no volume necessário ainda não existem em escala suficiente ou sequer existem. E também podemos responder afirmativamente porque já conhecemos muitas tecnologias, práticas produtivas e modos de vida que, se generalizados, poderiam integrar e dar esteio a uma sociedade sustentável. Nessa sociedade em que vivemos, três coisas impedem que elas atuem nesse sentido. Primeiro, para que a tecnologia ou a prática produtiva venham à luz do dia, a mera viabilidade técnica de produzir efeitos úteis não é suficiente. Todas elas precisam, antes de qualquer coisa, ser viáveis economicamente. Ou seja, só podem ser postas a serviço de necessidades quaisquer se forem capazes de atender à



necessidade de valorização do capital. Em segundo lugar, retornamos ao raciocínio da resposta à uma pergunta anterior: mesmo quando essas tecnologias e práticas têm os efeitos desejados em termos de moderação pontual do impacto material, a lógica expansiva do capital não é contida; é apenas desviada para outros espaços e

atividades. Por fim, todos aqueles modos de vida que buscam reduzir impacto por iniciativa individual são realizáveis apenas individualmente. Não são generalizáveis porque o capital não pode admitir que o consumo total da sociedade seja decrescente, posto que isso fere de morte sua lógica reprodutiva.

| FIM |

Rio de Janeiro, maio de 2020

